Expressão Universitária
Ano 5 Número 67-novembro/2015
www.sinsepes.org.br

"TODO O CRESCIMENTO POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OCORRIDOS ACONTECERAM EM PREJUÍZO DOS RECURSOS NATURAIS. PRATICAMENTE TUDO QUE SE ENXERGA EM BLUMENAU FOI EDIFICADO EM ÁREAS INADEQUADAS."

SCHENDEL SCHENKEL - PROFESSORA DO CURSO DE DIREITO DA FURB

VULNERABILIDADE URBANA

PÁGINA 12

"O PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO DO PENSAMENTO NÃO É UM FENÔMENO NOVO. NA EUROPA ESTUDOS MOSTRAM QUE A DIREITA RADICAL AVANÇA NO CENÁRIO POLÍTICO DESDE O PROCESSO DA GLOBALIZAÇÃO?"

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES - PROFESSOR DOUTOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA PUC-RS

A NOVA DIREITA É EXTREMAMENTE CONFUSA

PÁGINA 13

"O PRÊMIO MAIOR EU JÁ GANHEI QUE FOI A INDICAÇÃO PARA O JABUTI. PARA MIM, É UMA VITÓRIA. REALMENTE, EU NÃO ESPERAVA."

MAICON TENFEN - ESCRITOR, PROFESSOR E COORDENADOR DA EDITORA DA FURB (EDIFURB)

LITERATURA EM ALTA

PÁGINA 6

NOVOS ÂNGULOS SOBRE A FURB

FOTO: JANDYR NASCIMENTO

"A VALORIZAÇÃO DA EXTENSÃO PASSA PELO FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS EXISTENTES E O ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS INICIATIVAS", COLUNA DE MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, PROFESSOR DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS - INDISSOCIABILIDADE DISSOCIADA

PÁGINA 16

É TEMPO DE FEMINISMO

MANIFESTANTES PROTESTAM EM BLUMENAU CONTRA CUNHA E PL 5060/13 QUE CRIMINALIZA A INDUÇÃO AO ABORTO. PROJETO TAMBÉM RESTRINGE O ACESSO À PÍLULA DO DIA SEGUINTE

PÁGINA 7

MAGALI MOSER

JAIME SILVA

VISITA AO PRESÍDIO

O OLHAR E AS IMPRESSÕES DE QUEM FOI AO LOCAL CONSIDERADO O PIOR PRESÍDIO DO ESTADO, NA VISITA DO CURSO DE DIREITO DA FURB

PÁGINAS 8 E 9

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

EDITORIAL

PENSÃO POR MORTE

As minirreformas da previdência são instrumentos de mudança gradual frente às necessidades de equilíbrio atuarial que se impõem e são cada vez maiores e mais urgentes. Os fatores mais graves não são as mudanças que reduzem as condições efetivas da aposentadoria de servidores frente ao que se contribuiu, mas as distorções que acumuladas ao longo de muitos anos transferiram a conta do ajuste para as gerações posteriores. Um dos aspectos em discussão já há muitos anos é a pensão por morte, que já foi analisada em edição anterior do *Expressão Universitária*. Este ano com a Lei no. 13.135 de 17/06/2015 que converteu a MP 664/2014, alterou os dispositivos das regras de pensão por morte que foram inseridas na Lei 8.213/91 no Regime Geral da Previdência. No mesmo sentido, também foi modificada a Lei nº 8.112, de 11/12/1990 – Estatuto dos Servidores Públicos Federais. Os RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) estaduais e municipais têm autonomia para legislar sobre matéria previdenciária e consequentemente seguir a mesma tendência. A Nota técnica nº 11/2015/CGNAL/DRPSP/SPPS do Ministério da Previdência e Assistência Social e a Resolução no. 03/2015 do CONAPREV- Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência, recomendam isso pelos motivos expostos na nota técnica supracitada para se ajustarem ao mesmo padrão seguindo o RGP.

O primeiro objetivo das alterações foi a correção de antigas distorções na concessão da pensão por morte que deturpavam a natureza do benefício previdenciário, fugindo do seu objetivo de proteção social e permitindo inclusive o planejamento para sua obtenção. É inquestionável, por exemplo, o ônus que causam ao sistema as pensões de longa duração para cônjuges muito jovens, que possuem condições de permanecer, ingressar ou retornar ao mercado de trabalho, obtendo renda própria, bem como as pensões concedidas logo depois de o segurado ingressar no regime previdenciário, com período mínimo de contribuição. O segundo objetivo é a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes previdenciários, que será facilitada com a correção das inadequações e com a criação das novas regras de acesso aos benefícios. É fato que as mudanças em curso no perfil demográfico brasileiro, com o envelhecimento da população em razão do aumento da longevidade, aliado à redução da natalidade, exigem que os governos destinem um montante cada vez maior de recursos para o financiamento dos regimes de previdência, podendo causar carência de recursos públicos em outras áreas, o que já está acontecendo.

O ISSBLU em sessão ordinária do seu CONSAD em outubro último deliberou sobre as modificações das regras do benefício no Projeto de Lei que altera a Lei Complementar no. 308/00 que será encaminhada ao Legislativo Municipal. Em resumo as alterações implicam em considerar o tempo mínimo de 2 (dois) anos de casamento ou união estável entre o servidor(a) falecido(a) e seu cônjuge para então poder entrar nos períodos escalonados em que o benefício de pensão por morte será recebido. Nos casos inferiores a esse tempo a concessão ocorrerá durante apenas 4 (quatro) meses, independente da idade do cônjuge e se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais (condição geral independente da idade). Nos casos onde essa união é maior entramos com a divisão de diversas faixas etárias que se inicia na idade inferior até 21 anos e que garante uma pensão por morte de 3 (três) anos. Entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade – 6 (seis) anos. Entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade – 10 (dez) anos. Entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade – 15 (quinze) anos. Entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade – 20 (vinte) anos. E com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade – uma pensão vitalícia.

A redação do art. 77 da Lei nº 8.213/1991 vigente até dezembro de 2014, previa a extinção da cota da pensão apenas em caso de morte do beneficiário, do atingimento da idade limite pelo filho e irmão e da cessação de invalidez ou condição de deficiência. Não havia previsão de cessação da cota do cônjuge. A esse beneficiário, a pensão seria devida independentemente de sua idade, do tempo de contribuição do segurado, do tempo de casamento ou da dependência econômica. Além disso, na regra anterior, qualquer dependente fazia jus ao benefício caso o falecimento ocorresse a partir do primeiro dia de vínculo do segurado, visto que a concessão não exigia carência (tempo mínimo no cargo ou de recolhimento), o que acabava por onerar os demais contribuintes (segurados e empregadores) no custeio desses benefícios. Não há estatística formal sobre a situação do quadro desses casos em Blumenau, no entanto quando ocorrem as discrepâncias, essas afetam o cálculo atuarial aumentando a distância para a cobertura de seu déficit e limitando as condições da sustentabilidade dos RPPs.

“Não há estatística formal sobre a situação do quadro desses casos em Blumenau, no entanto quando ocorrem as discrepâncias, essas afetam o cálculo atuarial aumentando a distância para a cobertura de seu déficit e limitando as condições da sustentabilidade dos RPPs.

ENTRE ASPAS

“LEMBRO DE VER UM JORNAL DIFERENTE PELA CIDADE. ALTERNATIVO, COM PROFESSORES E ESTUDANTES ESCREVENDO. ATÉ QUE SOUBE QUE ELE ERA PRODUZIDO DENTRO DA UNIVERSIDADE, A PARTIR DO SINDICATO. MUITA QUALIDADE CRÍTICA FUNDAMENTA O MATERIAL DESTE JORNAL, QUE COM UM EDITORIAL BEM DEFINIDO, OFERECE UMA VISÃO DE CONTRAPONTO AO DISCURSO GERAL E NOS FAZ PENSAR. LEIO SEMPRE E SEMPRE RECOMENDO AS LEITURAS!”

RUAN ROSA,

ACADÊMICO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FURB

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! ***Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!***

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretora de Cultura, Esporte e Lazer:*** Regiane Patricia de Souza Stuepp, ***Diretora de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva, ***Diretor de Assuntos Jurídicos:*** Ivone Fernandes Morcilo Lixa, ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

FURB CRIA CENTRO DIDÁTICO EURO-AMERICANO

FURB é oficializada como sede brasileira do Centro Didático Euro-Americano sobre Políticas Constitucionais (CEDEUAM). O convênio prevê a promoção de atividades didáticas conjuntas e a descentralização das atividades do Centro Didático Euro Americano Sulle Politiche Costituzionali (Cedeuam), com sede na Itália. As primeiras ações desta parceria já foram feitas no início deste semestre, alunos do curso de Direito participaram de evento na Itália e novas atividades em comum estão sendo preparadas para janeiro de 2016, onde são previstas três semanas de atividades. A intenção é que a FURB se torne referência nacional e internacional de estudos sobre questões constitucionais.

SEMANA ACADÊMICA DE JORNALISMO

Os alunos de Jornalismo da FURB organizam a primeira Semana Acadêmica do Curso. O evento será dias 25, 26 e 27 de novembro no auditório do Bloco J (com exceção do primeiro dia, cujo local dependia de confirmação no fechamento desta edição, em 29 de outubro). A palestra de abertura será às 19h com a jornalista Elaine Tavares, sobre jornalismo nas margens. Dia 26 a programação prevê palestra com o jornalista, do Diário Catarinense. Uma outra atração é a participação do Coletivo de Jornalismo Marium, com palestra em data a ser confirmada. Além disso, haverá apresentações de trabalhos e uma exposição com a trajetória dos primeiros anos do curso de Jornalismo da FURB. As inscrições começam dia 05 e permanecem até o dia 20. Inscrições pelo e-mail cajorfurb@gmail.com Será cobrada uma taxa de R$10,00.

FURB PRESTA HOMENAGEM A SERVIDORES

No dia do servidor (26 de outubro) a FURB homenageou 36 servidores com mais de 25 anos de história na universidade. A homenagem pôde ser vista por toda comunidade em uma sessão solene do Conselho Universitário (CONSUNI). Além disso, a equipe da Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM) desenvolveu uma página online especialmente para a ação, onde continham fotos dos funcionários e um texto descrevendo a trajetória de cada um deles dentro da universidade. Através da página era possível também uma interação com o público que podia deixar mensagens especiais para os servidores. A página pode ser acessada através do link furb.br/furbnocoracao

LANÇAMENTOS DE LIVROS MOVIMENTAM CENÁRIO CULTURAL DA CIDADE EM NOVEMBRO

O lançamento de três livros vai marcar o mês de novembro na FURB. Dia 4 às 20h, a Livraria da FURB será sede do lançamento de Lindolf Bell - 50 anos de Catequese Poética, organizado por Rubens Jardim. Na apresentação da obra, Jardim explica que a publicação surgiu como desdobramento das comemorações dos 50 anos de Catequese Poética, iniciada por Lindolf Bell em maio de 1964. "Como integrante do movimento, (e um dos poucos sobreviventes a dar continuidade a ele), fiquei feliz. Mas percebi, logo, que embora importante - um evento seria apenas mais um evento. E eu queria transformar essa possibilidade em algo mais duradouro. Foi aí que surgiu a ideia desta Antologia: um registro histórico, reunindo a produção de portas que participaram do movimento Catequese Poética. Por sorte, consegui chegar até os familiares de alguns poetas que já não estão mais entre nós e obtive as necessárias autorizações", explica na apresentação. Dia 11 é a vez do escritor Douglas Zunino lançar Confissões de um Poeta Marginal, pela Edifurb, às 20h na Livraria da universidade. Influenciado pelo russo Vladimir Maiakovski, Zunino relembra na autobiografia memórias da vida cultural da cidade e passagens da militância cultural e artística desde a criação da Associação de Poetas Independentes. Zunino é um dos Dia 17 ocorre o lançamento do livro Projeto Beta - Antologia de Contos Universitários. O livro reúne textos produzidos em oficinas de criação literária com os públicos interno e externo.

PROFESSOR AVALIA PIOR CRISE MIGRATÓRIA DESDE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A crise migratória considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a pior desde a segunda guerra mundial foi tema em outubro do Cidadania em Debate, o programa do SINSEPES na FURB TV. Em entrevista ao apresentador Carlos Silva, o professor de Política Mundial da FURB, Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, falou sobre os refugiados que estão se instalando por todo o mundo, principalmente no contexto atual na Guerra da Síria. Para o professor, esses acontecimentos são nada mais do que reflexos do tipo de globalização em que vivemos, onde se preocupa exclusivamente em criar uma mobilidade de capital e não de pessoas. Ele enfatiza ainda o caso do muro de Berlim, dizendo que muito se fala sobre sua queda como uma conquista na história, mas além desse acontecimento, o ser humano construiu e continua construindo muitas outras barreiras ao redor do mundo, simplesmente porque tem dificuldade de se identificar como semelhante. No Brasil, apesar de ser encontrada uma receptividade maior em relação aos refugiados, ainda assim existe xenofobia, principalmente em casos de imigrantes negros (mês passado um haitiano foi espancado até a morte em Navegantes. A Polícia investiga a causa da morte). Ele ainda compara os imigrantes sírios dizendo que, aparentemente, eles possuem uma facilidade maior de se situarem na sociedade por serem em sua maioria brancos com alto grau de conhecimento científico, mas mesmo assim encontram dificuldade no aspecto religioso, por serem muçulmanos e considerados terroristas. O vídeo na íntegra pode ser visto no canal do SINSEPES no YouTube.

ATIVIDADES MARCAM MÊS DO LIVRO E DA BIBLIOTECA NA FURB

Outubro foi marcado por várias atividades comemorativas ao Dia do Livro e ao Mês da Biblioteca. Entre as atrações, o público pôde prestigiar o lançamento dos livros "Era uma vez um buldogue francês", de Ana Paula de Abreu, e a nova obra do escritor Viegas Fernandes da Costa, "Sob a Sombra da Tabacaria". A obra é inspirada no poema "Tabacaria", do poeta português Fernando Pessoa e apresenta ao leitor um conjunto de textos em prosa poética, escritos nos últimos cinco anos. Além disso Viegas traz também o "Breve romance de Ornitorrinco", reunindo a história deste personagem nascido dentro de uma biblioteca e que acompanhou o autor como uma espécie de conselheiro nas horas vagas. Os textos têm como temas centrais o tempo, a existência, a memória e o próprio fazer literário. O livro recebeu o Prêmio Catarinense de Literatura, e o projeto foi realizado com o apoio do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Fundação Catarinense de Cultura, FUNCULTURAL e Edital Elisabete Anderle/2014.

OKTOBERFEST: MEGAEVENTO A SERVIÇO DO CAPITAL

JANDYR NASCIMENTO

RUBENS VINÍCIUS DA SILVA

Licenciando em Ciências Sociais pela FURB < rubenssabbath@gmail.com >

Início do mês de outubro em Blumenau. O clima de festividade é geral: ruas decoradas, hotéis e comerciantes com expectativas de aumento nos lucros, bandinhas alemãs a tocar pelo centro e regiões próximas. Nesta época, parece que todos os problemas e situações concretas vividas no cotidiano são apagados em nome da tradição germânica da região, que é palco de várias festas com temática alemã.

A Oktober (como é popularmente conhecida, sendo a maior e mais famosa das festas de outubro catarinenses) teve sua primeira edição no ano de 1984. Neste período, as populações do Vale (em especial os membros das classes desprivilegiadas) sofriam com aquelas que foram as mais terríveis enchentes até então, as quais deixaram diversas famílias desabrigadas: refiro-me às cheias de 1983/1984. Estes "desastres naturais" seguidos, somados à impossibilidade de uma resolução imediata por parte do estado e das classes privilegiadas, geraram enorme insatisfação na população trabalhadora local que, em meio às dificuldades, expressou solidariedade e em semanas reergueu a região dos escombros causados pela força das águas.

Visando conter tal descontentamento, entusiastas da cultura alemã (em 2012 eu conversei horas com um dos fundadores do evento, um senhor septuagenário que se declarava simpatizante do nazismo) tiveram a "feliz ideia" de organizar uma festa que, ao mesmo tempo, resgatasse a tradição alemã da região, canalizasse o descontentamento popular e (de quebra) atraísse investimentos (privados e estatais) garantindo o aumento de turistas e maximização dos lucros das frações das classes dominantes locais.

Cabe recordar que tal cultura germânica se consolidou na região após décadas de um massacre e extinção das sociedades originárias que aqui viviam. As populações Xokleng-Laklãnõ, Carijó e Guarani foram paulatinamente dizimadas, tendo sido despojadas dos produtos e instrumentos de trabalho, cultura e modo de produzir e reproduzir suas condições materiais de vida. Hermann Blumenau (patrono da cidade e região, que comprou terras leiloadas por D. Pedro II em 1850) contratou milícias particulares (os chamados ''bugreiros'') e exigia que fossem feitos colares com as orelhas dos que eram capturados e/ou mortos. Numa carta enviada ao Governador da Província de Santa Catarina em 185, Blumenau expõe sua perspectiva a respeito da necessidade de extermínio dos povos nativos da região:

"(...) só uma medida grande e enérgica, uma desinfecção completa do terreno entre o Itajaí Grande e o Mirim [leitos do grande rio da região, o rio Itajaí – RV], uma destruição e aprisionamento deste bando de rapinas pode restabelecer a tranquilidade e nos tirar deste estado lamentável."

Blumenau e os demais imigrantes tinham uma noção bem definida dos povos originários: eles eram um entrave ao desenvolvimento capitalista na região. Por esta razão, deveriam ser destruídos e aprisionados. Para tanto, medidas enérgicas eram necessárias. Há que se recordar que as tribos não foram subjugadas sem resistência e luta. Contudo, armas de fogo, milicianos bem treinados, com sede de terror e sangue eram muitos e foram os algozes destas populações.

Voltando à festa... O resgate da cultura germânica contrasta com a realidade concreta do município: segundo o último censo do IBGE (2010) Blumenau é a cidade com mais favelas no estado de Santa Catarina. E a região do Vale é a que tem a maior concentração de áreas de pobreza (os chamados bolsões) de todo o estado. Gaspar, cidade vizinha e que durante muito tempo foi colônia de Blumenau, é a cidade do estado com maior índice destas áreas. De acordo com reportagem veiculada no **blog Controversas:**

"Segundo o Censo, em 2010 viviam em aglomerados subnormais (favelas e similares) de Blumenau, 23.131 pessoas. Mais do que Florianópolis (17.573) e Joinville (7.198). O **Jornal A Notícia,** de Joinville, fez um cálculo proporcional ao número total de habitantes. Assim, a nossa cidade ficou em terceiro lugar, com 7,52% dos blumenauenses vivendo em favelas. Neste índice, perdemos para Laguna e Gaspar. A vizinha aparece na ponta, com 10% da população na pobreza "subnormal". Para o Censo, Blumenau possui 17 aglomerados. São eles: Cidade Jardim I e II, Coripós, Lot. Sol Nascente Morro da Figueira, Morro do Laguna, Morro do Valério, Morro Dona Edith, Rua Araranguá, Rua Benjamin Franklin, Rua Gervásio João Sena, Rua Gustavo Zeck, Rua Pedro Krauss Senior (Beco das Cabras), Toca da Onça, Vale do Selke, Vila Bromberg, Vila Jensen e Vila União. O maior conglomerado é o da Rua Aranguá, bairro Garcia, com 3.741 habitantes. Alguns loteamentos tratados por favelas na cidade, como a Vila Vitória no bairro Fortaleza, não foram citados na pesquisa."

Assim, temos o retrato do Vale da Hipocrisia. No mês de outubro há o reforço desta imagem falsa, a qual é veiculada pelos grandes meios de comunicação e reforça as representações do cotidiano, que dão conta de uma região harmoniosa, livre de conflitos e contradições, onde cada habitante é loiro e possui olhos azuis e podem-se ver a todos bebendo, felizes e contentes, como se vivêssemos num paraíso europeu longe do velho continente.

Com o passar dos anos (e o aumento dos lucros) a Oktober passou a ter todas as características de um megaevento: grandes investimentos de capital (privado e estatal; basta ver as lutas entre as cervejarias para disputar o título de cerveja oficial da festa, bem como nos gastos estatais relativos à "revitalização" dos pavilhões onde a festa é realizada), reforço da repressão (privada e estatal: efetivos gigantescos da PM e vigilâncias patrimoniais particulares são mobilizados durante os dias da festa), segregação sócio-espacial (quem não tiver ingresso ou dinheiro para gastar nas dependências da Vila Germânica –nome sugestivo- é visto pela repressão como suspeito e "bandido" em potencial). O aumento anual nos preços dos ingressos e das mercadorias vendidas no interior de cada pavilhão, além da lei que retira a gratuidade a quem for vestido com "traje típico" (agora quem vai de Fritz ou Frida paga meia entrada, que este ano gira em torno de R$ 15) reforçam a mercantilização da festa e a necessidade de aumento dos lucros dos capitalistas que nela investem.

Além do que já foi relatado, temos durante a festa o reforço de práticas de discriminação sexual e racial, as quais expressam o caráter burguês, elitista e preconceituoso da maioria do público que vai ao evento. A todo o momento, ao se andar pelos pavilhões, as mulheres são assediadas, desrespeitadas e têm sua intimidade violada. O mesmo ocorre com gays e lésbicas, que são hostilizados e violentados por conta de sua orientação sexual. Já os negros, bem: eu sou testemunha de uma edição de 2002, na qual um colega meu foi barrado na entrada, pelo simples fato de ser negro.

O consumo de álcool é tão fomentado e aumenta tanto nesta época do ano, que há quem diga que beber cerveja faz parte da cultura local. Sim, a cultura da cerveja, que faz da mulher uma mercadoria mais do que lucrativa, que assassina e destroi famílias trabalhadoras o ano inteiro no mundo todo, que aliena e despolitiza as classes e grupos sociais explorados e oprimidos ao redor do globo e que garante os lucros e privilégios dos donos do poder político e econômico, tanto no Vale quanto para além dele.

A quem interessa uma festa com tais características? Quais grupos e frações de classes sociais têm seus interesses efetivamente representados? Estas e outras questões nos levam à inequívoca conclusão: tais megaeventos têm um efeito anestésico, na medida em que contribuem para o amortecimento das lutas de classes e dos demais conflitos sociais, reforçando uma imagem mentirosa em relação à dinâmica societária na região.

Este pequeno fragmento é mais uma tentativa de resgatar o que é ocultado, sistematicamente, pelos exploradores e opressores locais: Blumenau é uma região eivada de contradições e somente a luta encarniçada dos produtores de riqueza é que pode fazer com que tal evento seja desmascarado, pois este é a expressão de uma cultura capitalista, desumana e que não condiz com os valores, sentimentos e interesses de uma autêntica celebração. A festa real se dá no palco da luta cotidiana, contra nós mesmos e nossos algozes. Àqueles e àquelas que partem destes pressupostos, só resta lutar.

PELO FIM DA PUXADA DE CAVALOS

Depois de quatro anos de espera, ONGS de proteção animal comemoram aprovação por unanimidade do projeto de lei que proíbe a prática em Santa Catarina

POR HEIKE WEEGE E BÁRBARA LEPRECHT

Voluntárias da AMA Bichos < heike.weege@gmail.com >

A um passo da proibição, a AMA Bichos comemora a aprovação, por unanimidade, do Projeto de Lei da deputada Ana Paula Lima(PT) que proíbe a puxada de cavalos em Santa Catarina. Falta ainda a sanção do governador Raimundo Colombo(PSD). O PL da deputada esteve aguardando votação por 4 anos e com isso a ansiedade das associações de proteção animal era grande na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Além da proibição em todo o território catarinense a Lei prevê multa de R$50 mil para quem a descumprir, e dobra a cada reincidência.

É uma grande vitória como vibrou Rosália Marçal e para todos que começaram essa luta em 2007 quando a associação de proteção animal de Pomerode, Ama Bichos, tomou conhecimento do evento cruel e imediatamente deu início aos protestos, tanto na esfera jurídica, quanto nos dias da puxada em Pomerode. Tenho o sentimento de dever cumprido na luta pela causa, porque eu quando vou ajudar um animal olho nos olhos deles. Em abril de 2007, eu vi todo desespero nos olhos dos cavalos. Em silêncio, prometi que lutaria por eles.

No início eram mesmo, segundo um vereador da época, apenas alguns gatos pingados protestando e fazendo barulho. Com a maciça divulgação feita pela internet nas redes sociais e através de e-mails a causa ganhou o mundo. Foram centenas de e-mails nas caixas da prefeitura, de deputados e vereadores. Muitos se juntaram à causa, mas em cidade pequena as pessoas têm vínculos com a prefeitura e não podem se declarar formalmente, então se juntaram à causa no anonimato.

A persistência dos voluntários de diversas associações foi importante fator dessa conquista. Até que em abril de 2010 a APRABLU, associação de Blumenau e a ECOSUL de Florianópolis juntaram-se ao protesto e foram violentamente agredidos pelos organizadores e simpatizantes da puxada. Num ato covarde cerca de 40 pessoas atacaram o grupo de 13 pessoas, quebraram o fêmur de uma defensora, furaram com prego a testa de outra defensora num golpe de sarrafo; outra teve costurado com 6 pontos um corte na cabeça e os outros foram atacados com os sarrafos das faixas e pedras gerando lesões generalizadas. Também cinegrafista e repórter foram agredidos. Dessa agressão resultou em 2012 a condenação dos agressores.

RAFAELA MARTINS

Puxada de cavalos na localidade de Ribeirão Souto, em Pomerode, em 2010. O protesto de ONGs de defesa animal na ocasião terminou em agressão de manifestantes, quando o caso teve repercussão nacional

Em julho de 2010 a AMA Bichos recebeu da Assembleia Legislativa uma homenagem pelos serviços prestados e como forma de alertar as autoridades sobre a questão animal. "Nesse período em que ainda nos recuperávamos do trauma da agressão foi importante ter um reconhecimento a nível estadual" , lembra Maike Harnisch, uma das voluntárias mais ativas da AMA Bichos.

Chegar ao dia de hoje e ver acontecer o fim de uma puxada é motivo de muita alegria para nós, defensores de animais. É saber que é chegada a hora de acabar com essa prática cruel, bestial e inútil em todo o estado de Santa Catarina. Por mais ofensas que tenhamos ouvido, por maiores que fossem as calúnias que sofremos, por mais inimizades que tenhamos arrecadado, hoje é seguro afirmar que tudo valeu a pena. Eu faria tudo de novo e estamos preparadas, inclusive psicologicamente, para enfrentar os desafios dessa causa que decidimos abraçar. Gosto muito de lembrar aos críticos que quem cuida de animais é porque ama os seres humanos mais frágeis, como crianças, idosos, deficientes físicos e mentais; pois têm mais espaço para o amor do que para o ódio no coração. Desde 2007 quando soubemos da existência da competição estúpida com cavalos chamada de Puxada, nós da AMA Bichos Pomerode lutamos contra. Fizemos manifestações a cada edição dessa barbárie. Não foram poucos os xingamentos e as tentativas de nos fazer parar. Nos desacreditavam incansavelmente. Até 2010 quando aconteceram as agressões físicas, fomos atacados covardemente por uma horda de homens bêbados, os "puxadores" bateram com paus, pedras e ovos podres, nos colocaram a nocaute. Mas esse episódio foi o divisor de águas da batalha, a partir dele ficamos conhecidos e a causa ficou grande. Foram muitas as tentativas de nos fazer parar, de nos humilhar, de nos caluniar e ofender. Hoje, após a vitória por unanimidade na Assembleia, foi como se um daqueles sacos de areia tivesse sido tirado das minhas costas. Sei que desagradei muitas pessoas da minha pequena Pomerode, só lamento. Pensei nos cavalos e continuarei pensando, a luta não acabou. Essa etapa foi vencida e o agradecimento vai para a Deputada Ana Paula Lima que tem a coragem de apresentar e defender a causa.

No dia 14 de outubro de 2015 , data esta que entrará na história da proteção animal de SC, - finalmente foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa, o projeto de lei estadual que coíbe a prática da Puxada de Cavalos em nosso estado, prática esta existente em 9 municípios do Alto Vale. Durante mais de cinco anos temos acompanhado esta que poderia ser uma festa de confraternização saudável entre os colonos de nossa região, porém acabou sendo transformada na década de 80, num ritual macabro no qual cavalos comuns sem nenhuma raça definida, acabam sendo obrigados a fazer uma força que ultrapassa sua capacidade física. Estes animais trabalham durante a semana puxando toras da floresta, contribuindo para o desmatamento de nossa floresta Atlântica, o que já representa uma agressão à natureza, e não são poupados nem no domingo, dia sagrado do descanso, para que apostas rolem entre seus "donos" , que os vêem como mero objeto de exploração econômica.

Durante vários anos o Ministério Público ignorou os diversos apelos de protetores, que baseados nas diversas leis de proteção animal, pediam que alvarás para esta prática fossem negados, porém, alguns políticos daquelas regiões financiavam o torneio, visando votos em seu curral eleitoral. Um prefeito de cidade vizinha chegou a ameaçar de morte os ativistas caso pisassem em seu município. Em Pomerode fomos agredidas, feridas e tudo isto não teria acontecido caso nosso apelo através de ofício protocolado de ter uma viatura policial no local no dia da "festa" tivesse sido atendido. Aliás, onde já se viu uma festa popular onde rola bebida alcólica não ter uma viatura de plantão? Os puxadores estavam preparados para atacar. Tinham pedras e ovos podres estocados. Nada aconteceu por acaso.

Mas diante do olhar angustiado dos inocentes cavalos, nosso sofrimento foi menor. Foram várias tentativas infrutíferas, mas finalmente a Justiça se fez presente, entendeu que o mundo mudou, os valores são outros e a ciência comprovou que o sofrimento físico e mental afeta animais da mesma forma que humanos, só que eles não tem como se expressar verbalmente e acabam sendo abusados, tal qual crianças indefesas.

Fica nossa gratidão a Deputada Ana Paula que mais uma vez se mostrou sensível à causa animal, vem lutando conosco incansavelmente há tantos anos, e finalmente este projeto de lei foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa. Contamos agora com o bom-senso de nosso governador, para que dê a última canetada aprovando esta lei que só vem a engrandecer moralmente nosso estado. Mas uma lei não apenas se faz valer se aprovada e assinada, cabe à população fiscalizar, denunciar e participar ativamente para que a proibição realmente saia do papel e passe a vigorar. Hoje festejamos esta vitória e somos eternamente gratos à Deputada Ana Paula e sua eficiente equipe.

LITERATURA EM ALTA

Escritor Maicon Tenfen comemora indicação do novo livro ao Prêmio Jabuti, como finalista na categoria Juvenil. Quissama concorre com outros nove obras. Resultado final sai dia 19

FOTO: MAGALI MOSER

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Como seria o romance de aventura com um herói negro no século XIX? A inquietação deu origem ao livro *Quissama: O império dos Capoeiras*, do escritor Maicon Tenfen. Lançado em agosto do ano passado pela Editora Biruta e com ilustrações de Rubens Belli, o livro está na lista dos indicados na categoria Juvenil ao Prêmio Jabuti, considerado o maior e mais completo prêmio do livro no Brasil. A obra concorre com outros nove livros assinados por autores como Ignácio de Loyola Brandão. A premiação será anunciada em 19 de novembro e deixa a comunidade cultural da região em expectativa.

"O prêmio maior eu já ganhei que foi a indicação. Para mim, é uma vitória. Realmente eu não esperava", conta Tenfen, que recebeu a notícia por email, da editora.

Aos 14 anos, Tenfen leu uma reportagem sobre capoeira em uma revista e desde então cultiva interesse pelo tema. Quando em 2011 saiu do Jornal de Santa Catarina, onde manteve uma coluna diária por quatro anos consecutivos, estava decidido a dedicar-se ao que considera como seu maior projeto literário. O romance é fruto de pesquisa histórica de dois anos e se passa no Rio de Janeiro no ano de 1868. Reúne personagens como a Princesa Isabel e o escritor José de Alencar, que era ministro da Justiça à época, num misto entre a realidade e a ficção. Não tem linguagem didática, mas sim romanesca, e está sendo adotado em escolas de Ensino Médio por professores de diferentes áreas.

> **"O que ele buscou está alcançando. Ele veio fazer Letras e não pensava em ser professor. Dizia que queria ser escritor.**

SOBRE O LIVRO QUISSAMA

A narrativa se concentra na trajetória de Vitorino Quissama, um escravo de 15 anos que foge da senzala para procurar a mãe desaparecida. O protagonista recorre ao viajante inglês Daniel Woodruff, em passagem pelo Rio de Janeiro, para ajudá lo em sua missão. Curiosidades sobre Dom Pedro II também aparecem na obra. O pesquisador Carlos Eugenio Libano Soares, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), considerado um dos principais pesquisadores em capoeira no país, assina o posfácio.

Quissama é o primeiro livro de uma trilogia. O segundo está em processo de produção e deve ser publicado em 2016. "O maior desafio é não cair na armadilha de transformar a série num panfleto", acredita Tenfen. O projeto contempla ainda um jogo de tabuleiro a ser lançado em 21 de novembro. Uma das pretensões ainda é adaptá-lo para uma série de animação, com recursos da Ancine.

Quando conversamos, Tenfen havia acabado de vir de uma experiência em Curitiba, onde foi chamado para falar sobre o livro para estudantes. "Eles já tinham lido Quissama e fizeram perguntas que levaram a uma dimensão nova. O livro se enriquece na minha própria cabeça", constata.

A conversa com Tenfen em 29 de outubro, no terceiro piso da Biblioteca Universitária, onde encaminha as ações como responsável pela EdiFurb, é interrompida com a chegada do professor aposentado Olivo Pedron. Professor de Tenfen durante seis semestres do curso de Letras, foi responsável por colocá-lo em contato com alguns dos autores da Literatura Brasileira, e por consequência, fortalecer a paixão do então aspirante a escritor.

"O que ele buscou está alcançando. Ele veio fazer Letras e não pensava em ser professor. Dizia que queria ser escritor", relembra Pedron.

Até a indicação ao Jabuti, Tenfen percorreu um longo caminho. Um de seus arrependimentos é ter recorrido à venda de porta em porta quando seus primeiros livros foram lançados, em meados dos anos 1990. Licenciado em Letras pela FURB e mestre e doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, é hoje professor da FURB. Paralelamente ao trabalho de escritor e escritor, Tenfen mantém um canal no YouTube, o Literatus TV, programa para quem gosta e (ainda) não gosta de Literatura. É entusiasta do uso das ferramentas tecnológicas na disseminação da leitura.

FOTOS: MAGALI MOSER

BLUMENAU CONTRA CUNHA

Protesto reuniu homens e mulheres pelo repúdio ao Projeto de Lei 5069, do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que criminaliza a indução ao aborto

Foi um dia atípico para Blumenau. Sábado de manhã, 31 de outubro. Aos gritos de "Fora, Cunha" e "O Estado é laico", homens e mulheres protestaram contra o projeto de lei 5069/13, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que entre outras coisas, dificulta o aborto legal e restringe o acesso à pílula do dia seguinte. O protesto iniciou por volta das 9h com a concentração na Praça Dr Blumenau, na Rua XV de Novembro. Organizado pelo Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana, contou com a presença majoritária de mulheres. Elas seguravam cartazes com mensagens como "Fica pílula, Cunha sai" e "Tire seu rosário do meu ovário".

As manifestantes distribuíram panfletos sobre os motivos do protesto para quem passava pela rua. Nele, constava a seguinte mensagem, entre outros destaques: "*Respeitamos todas as religiões. O que não queremos, nem permitimos, é que dogmas arcaicos e patriarcais determinem o que fazemos com nossos corpos e com nossas vidas*". Algumas delas levaram seus filhos. Outras não puderam conter as lágrimas diante do movimento considerado o primeiro protesto feminista na cidade. Elas caminharam até a escadaria da Catedral, onde fizeram uma pausa e seguiram até a Prefeitura Municipal. Numa das falas finais, a advogada Rosane Magaly Martins lembrou que o primeiro encontro do coletivo reuniu não mais que cinco meninas. Ela destacou a emoção de ver o movimento ganhar força e as mulheres se conscientizando de seus direitos. Reforçou ainda a necessidade de difundir os riscos da aprovação do PL e a necessidade de juntar forças nesta causa.

A manifestação não se limitou ao protesto contra Cunha. Também sobraram críticas ao vereador Mário Hildebrandt (PSB), presidente da Câmara Municipal de Vereadores. Ele foi condenado por proibir que assuntos como diversidade de gênero e violência sexual sejam discutidos em sala de aula, no debate do Plano de Educação. Hildebrandt argumenta que pedidos de órgãos ligados às igrejas católicas e evangélicas levaram à retirada dos assuntos do plano.

O projeto de lei que torna crime induzir ou auxiliar gestante a abortar foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dia 21 de outubro. De acordo com o texto do projeto, a mulher que fez aborto só poder ser atendida no hospital depois que comprovar o abuso por meio de exame de corpo e delito. Segundo a lei vigente, o aborto no Brasil só é permitido em caso de estupro ou de risco para a vida da mulher.

VISITA AO PRESÍDIO

DEFENSORIA PÚBLICA

Os bastidores da visita dos alunos do curso de Direito da FURB ao Presídio Regional de Blumenau, considerado o pior do Estado pelo próprio Departamento de Administração Prisional (Deap) e Tribunal de Justiça do Estado (TJ)

Eram quarenta e duas pessoas. Todas maiores de idade. Todos cidadãos, todos com direitos e deveres. A maioria, com alguma religião. A maioria, com família do lado de fora. A metade deles acordou cedo, enfrentou uma aula de direito empresarial e, pelas nove horas da manhã, se organizou para uma visita ao Presídio Regional de Blumenau. A outra metade, acordou lá mesmo, e foi surpreendida com a visita durante aquele que seria só mais um dia nublado, naquele ambiente nublado por natureza.

A visita dos estudantes do quinto período havia sido marcada com alguma antecedência junto à administração do presídio. Muito bem recebidos por vigilantes terceirizados e por um agente prisional: "eu fui o único da administração que sobrou. Não me meto com essas coisas, pra mim, o certo é o certo" explicava, se referindo à Operação Regalia que, em março deste ano, acabou com a prisão do então diretor e de outros doze agentes penitenciários. Outras 26 pessoas, entre detentos e empresários bem sucedidos da cidade também foram denunciados.

"O clima é constrangedor. O esforço para não parecer uma visita a um zoológico humano é enorme. São pessoas. Com sonhos, com histórias, com esperanças e desesperanças, tanto quanto os vinte e um aqui de fora. Aos poucos, os olhares começam a se cruzar.

Apesar dos seis meses da Operação, o clima no Presídio ainda era meio nublado, meio sombrio. Ainda mais do que se espera de um local onde pessoas tidas como antissociais são depositadas à espera do tempo passar. Segundo o nosso guia, muita coisa mudou nesse tempo.

Os galpões onde antes existiam oficinas de trabalho, hoje estão vazios. Menos dois deles. Num, uma pequena facção. No outro, menor, um grupo de cerca de dez detentos monta máquinas de costura. O clima em ambas as oficinas é o mesmo: um misto de respeito, deferimento e receio de interagir com os visitantes. Nosso cicerone esboça um sorriso, quando o assunto começa e o grupo já começara a ir embora: "quero aprender a trabalhar com as eletrônica, hoje em dia quem não se atualiza, não se dá bem lá fora", diz o detento, com uma lucidez de dar inveja a boa parte dos visitantes.

O clima na oficina maior é parecido: os detentos fazem a seleção e conferência de peças de vestuário de uma famosa loja de varejo. Conferem, procuram por defeitos na costura, selecionam por tamanho, etiquetam os preços, ajeitam em cabides, e depois encaixotam. Um desavisado que visse a cena não diria tratar-se de um presídio, não fosse a porta de grades de ferro que, aberta, limitava o espaço.

O trabalho do preso, ao contrário do que garante a Lei de Execuções penais, é um direito. O preso tem direito a descontar um dia de sua pena a cada três dias trabalhados. Também pode descontar um dia a cada 12 horas de estudo, mas não é o que acontece, segundo o nosso guia: "o código não diz nada sobre essa limitação, mas a promotora e a juíza daqui entendem que ou o preso tem a remissão da pena pelo trabalho, ou pelo estudo. Pelos dois, não pode". Mais um direito pelo caminho.

O direito ao trabalho, aliás, não é um direito em Blumenau: apenas os detentos do regime semi-aberto podem trabalhar. Ainda assim, nem todos conseguem, já que as vagas são poucas. Eram poucas: com a operação Regalia, as outras inúmeras oficinas de trabalho foram fechadas pela Justiça por indícios de corrupção. Naquele lugar fechado, úmido, onde as pessoas trabalham para não enlouquecer, em troca de 3/4 de salário mínimo e fazendo serviços braçais, não é de se estranhar que alguns empresários "bem-sucedidos" locais explorassem essa mão de obra barata. Mais previsível ainda que os privilegiados que podem trabalhar se sintam realmente afortunados.

O problema começa estrutural: um Presídio deveria ser um local transitório, que abrigasse apenas os presos temporários, ou seja, antes de serem condenados. Por uma falta de estrutura, lá estão presos temporários e outros já cumprindo a sua pena. Quem cumpre pena num lugar improvisado, perde mais alguns direitos. O de trabalhar é só um deles.

A visita passa pela cozinha, onde os próprios detentos fazem as suas refeições. O clima é tranquilo, mesmo com um homem condenado por homicídio nos recebendo e contando das suas impressões sobre o mundo ali dentro.

Dali, passamos pelo setor de triagem. Ou melhor, o setor chamado de triagem. Como a estrutura é deficitária, alguns presos já condenados ainda estão nesse setor que deveria ser uma espécie de "estágio temporário" antes de alojar cada detento em sua ala. Entramos no úmido corredor, onde um grande cão reage ao barulho dos invasores. Alguns detentos se aproximam das grades, viramos a atração.

O clima é constrangedor. O esforço para não parecer uma visita a um zoológico humano é enorme. São pessoas. Com sonhos, com histórias, com esperanças e desesperanças, tanto quanto os vinte e um aqui de fora. Aos poucos, os olhares começam a se cruzar. O professor faz as vezes de intermediário e inicia a conversa. Ouvimos sobre a situação de abandono: falta espaço, falta advogados, falta orientação e falta atendimento jurídico. O que não falta é ordem: os presos se inscrevem para falar,

levantando o dedo e pedindo autorização para introduzir novo assunto na conversa. O respeito é evidente. Quando um grupo nos fundos começa uma conversa paralela, é "gentilmente convidado" a ir pros fundos da cela ou a se calar enquanto alguém fala.

Os relatos são variados, mas a síntese é uma só: a do Estado que nunca foi efetivo, senão ao usar do seu direito de prender. O homem que segura uma Bíblia fala que não teve infância. Que, se tivesse, tudo poderia ser diferente. Outro reclama que já cumpriu pena o suficiente para progredir ao regime semi-aberto, mas que ninguém lhe dá ouvidos. Outro diz que levou mais de um ano para ser ouvido pela Defensoria Pública, mas que nunca ouviu a resposta. O discurso é o mesmo: o Estado nunca esteve presente em suas vidas. Surgiu, de repente, e o prendeu. E voltou a sumir com a mesma rapidez.

A visita continua para o local onde cumprem pena em regime fechado. "O nome sempre serve para alguma coisa", diria um antigo professor. O conjunto de paredes altas e próximas é separado em alas, celas, mas tudo parece ser a mesma coisa. As paredes emboloradas e úmidas, onde a água ainda escorre, apesar da chuva já ter parado há várias horas. O cheiro de urina e de mofo beira o insuportável. Separados em pequenos grupos, atravessamos algumas portas de ferro até uma das alas, onde é aberto um buraco retangular, pelo qual não passaria uma pizza. "Podem olhar lá dentro", libera nosso anfitrião.

O constrangimento é enorme. Difícil dizer se é maior pros vinte e um visitantes ou para os vinte e um habitantes daquele pequeno cubículo, ao ver os pares de olhos se alternarem de tempos em tempos. O clima é pesado. Nublado. Como o dia lá fora. Mas aqui, a sensação é de que chove forte todos os dias.

As celas permanecem o dia inteiro abertas aos pátios. Ou melhor, o que eles chamam de pátios. Um espaço entre três ou quatro celas, de uns quatro metros por outros quatro. Os cantos que evitam o sol no "banho de sol" são enormes, se considerar que, acima daquelas paredes de quatro metros de altura ainda existem grades. Sol? Item raro naquele recinto permanentemente nublado.

A visita ainda passa por cima das galerias, levando alguns presos a vociferarem contra os visitantes que ousam mudar as suas rotinas. De cima pra baixo, a sensação de observar homens reduzidos a animais engaiolados. O cheiro externo é ainda pior. Por dois motivos: uma enorme pilha de lixo e os canis, onde cães permanecem durante o dia para serem soltos a noite. Ironicamente, os cães têm canis individuais, com cerca de quatro metros quadrados. Cheiram mal, mas isso não é privilégio dos caninos.

A saída é pela antiga ala feminina, em obras para receber o novo setor de visitantes. Um moderno aparelho de scanner aguarda algum ofício para ser ativado, enquanto as familiares dos presos continuam sofrendo uma vexatória revista íntima. Ali, as paredes são recém pintadas, o piso é novo. Mas o espaço é vazio, mal iluminado. Nublado. As velhas paredes foram reformadas para dar alguma dignidade aos visitantes, mas continuam sendo sinônimo dos tempos nublados de outrora.

A saída é repentina, e representa um misto de sentimentos. Primeiro, um certo assombro pela situação daqueles seres humanos ali depositados. Que, se tinham algum sonho, alguma esperança, algum norte antes de serem ali instalados, dificilmente sairão com eles. Mas, confessemos, a esperança era pior. O terrorismo midiático sobre condições de presos, de alguma forma, insensibilizou o suficiente para não achar tão absurdas as condições daquele que já foi considerado, em novembro de 2012, o pior presídio de Santa Catarina.

A vida dos vinte e um que dormiam na cela A-6 não deve ter mudado grande coisa com aqueles visitantes. Mas, a esperança é que a visão dos outros vinte e um, os que dormiram tranquilos e quentinhos em suas camas confortáveis e cheirosas, tenha se inspirado o suficiente para transformá-los em melhores homens e mulheres. Em melhores advogados, juízes, promotores, defensores. Em seres humanos que saibam trabalhar o Direito (aquele, com letra maiúscula) em função de seres humanos com direitos (aqueles, que ficaram pelo caminho).

Este texto, propositalmente, não tem nomes. E coloca em igualdade, pelo menos nisso, os quarenta e dois envolvidos, o nosso anfitrião, e tantos outros que nos ajudaram a entender um pouco mais desse bicho, o homem.

"Os relatos são variados, mas a síntese é uma só: a do Estado que nunca foi efetivo, senão ao usar do seu direito de prender. O homem que segura uma Bíblia fala que não teve infância. Que, se tivesse, tudo poderia ser diferente. Outro reclama que já cumpriu pena o suficiente para progredir ao regime semi-aberto, mas que ninguém lhe dá ouvidos. Outro diz que levou mais de um ano para ser ouvido pela Defensoria Pública, mas que nunca ouviu a resposta. O discurso é o mesmo: o Estado nunca esteve presente em suas vidas.

A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL - DESMONTANDO O DISCURSO REDUCIONISTA

Defesa da redução desconsidera estatísticas e estudos científicos, além do contexto social. O movimento explora a sensação de insegurança da população

POR OSNILDO MARCOS RODRIGUES

Servidor Técnico-Administrativo da FURB, Advogado, Especialista em Direito Público pela FURB e Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes <osnildo@furb.br>

No início do mês de julho deste ano o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou por 323 votos a favor e 155 contra, em primeiro turno de votação, a PEC 171/93 que reduz a maioridade penal para 16 anos.

De fato, a segurança pública é hoje o fator de maior preocupação da sociedade, superando até mesmo o desemprego.

Lamentavelmente, um clima de tensão social, insegurança e violência, tem se traduzido em inúmeras tentativas de redução da idade penal, materializadas nas várias Propostas de Emendas Constitucionais que tramitam no Congresso Nacional.

Um panorama de desigualdade social, baixo nível de escolaridade e ausência de políticas públicas com ênfase no investimento social contribui para o aumento do temor público com relação ao crime, à criminalidade e à descrença nas instituições.Este cenário pavimenta o caminho para que movimentos de endurecimento de leis penais contem com o apoio de políticos, da mídia popular, de organizações e de variados grupos de pressão social.

Os movimentos populistas penais, do qual o movimento em prol da redução da maioridade penal faz parte, lastreiam-se em falácias largamente utilizadas por grupos políticos e pela imprensa sensacionalista. Os movimentos punitivos populistas desconsideram as estatísticas, os estudos científicos e o contexto social.

Esses movimentos reacionários penais exploram também a sensação de insegurança da população. Uma população altamente temerosa em relação ao crime e a criminalidade é mais suscetível a propostas de endurecimento das leis penais. Outro aspecto utilizado pelos adeptos da redução da maioridade penal é a descrença da população nas instituições.

Um dos argumentos mais utilizados é o discurso acerca da impunidade com relação aos adolescentes em conflito com a lei. Esse argumento induz o cidadão comum a uma confusão conceitual entre inimputabilidade e impunidade.

Os menores de 18 anos são inimputáveis penalmente, porém não são impunes. O ECA é uma lei especial pela qual a responsabilização do adolescente assume um regime jurídico diferenciado não sujeito às pe-

> **“A aceitação de práticas de violência contra as crianças dá cauda a um verdadeiro extermínio de crianças e adolescentes. As estatísticas, os estudos científicos e o contexto social mostram que as crianças e adolescentes são as vítimas do sistema e não vilões que permanecem impunes.**

nas do adulto.

O ECA responsabiliza as crianças e os adolescentes por atos infracionais praticados mediante à aplicação de medidas socioeducativas, dentre as quais a de o adolescente ser privado de sua liberdade, por medida aplicada por autoridade judiciária.

Dados fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da presidência da República revelam que 60 mil adolescentes cumprem medidas socioeducativas atualmente no Brasil, dos quais 14 mil cumprem medidas de internação em estabelecimentos educacionais, com restrição à liberdade.

Dos 345 mil brasileiros que cumprem algum tipo de pena, 17,4% são crianças e adolescentes com menos de 18 anos, distribuídos em 350 unidades de internação.

Portanto, não há que se falar em impunidade com relação aos adolescentes que entram em conflito com a lei. Por outro lado, o Estudo "Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil", publicado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, revelou que os adolescentes são as principais vítimas de homicídios. O IHA (Índice de Homicídios na Adolescência), produzido com base de dados de 2012, estima que mais de 42 mil adolescentes, de 12 a 18 anos, poderão ser vítimas de homicídio nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes entre os anos de 2013 e 2019.

Isso significa que, para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem assassinadas antes de atingirem 19 anos de idade. A taxa representa um aumento de 17% em relação a 2011, quando o IHA chegou a 2,84.

A aceitação de práticas de violência contra as crianças dá cauda a um verdadeiro extermínio de crianças e adolescentes. As estatísticas, os estudos científicos e o contexto social mostram que as crianças e adolescentes são as vítimas do sistema e não vilões que permanecem impunes.

Outra falácia constantemente utilizada é de que a maioria dos países desenvolvidos já reduziu a idade de responsabilização penal. No entanto, relatórios publicados pela ONU/UNESCO demonstram o contrário. A tendência internacional é aumentar a idade de responsabilização penal.

Enquanto a comunidade internacional discute a ampliação da idade limite para a responsabilização penal, anacronicamente o Brasil ainda se detém em discutir a redução da maioridade penal.

Nesse aspecto também ocorre uma confusão conceitual com relação aos termos utilizados pela maioria dos países. No Brasil há uma legislação especial aplicável às crianças e adolescentes em conflito com a lei. O ECA e a Constituição de 1988 não utilizam o termo "responsabilização penal" para os menores de 18 anos.

Isso não ocorre em outros países onde há leis penais especiais aplicáveis às crianças e adolescentes e que responsabilizam penalmente os mesmos, porém com regras especiais.

TÔNICA POPULISTA

Outra tônica populista tem sido o argumento falasioso de que há um aumento vertiginoso do envolvimento de adolescentes na prática de crimes graves. Entretanto, estatísticas publicadas pela Senasp demonstram que no ano de 2007 os atos infracionais representaram apenas 3,6% do total de crimes praticados no Brasil. Os estudos da Senasp demonstraram também que de 2004 a 2009 houve uma redução de 17% na ocorrência de atos infracionais no Brasil.

O total de adolescentes em conflito com a lei no ano de 2004 correspondia 0,1583% da população juvenil brasileira. Dos atos infracionais cometidos predominaram os de natureza patrimonial, 52%, em comparação com o percentual de homicídios que foi de 15%. Estatísticas da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos mostram que os adolescentes são responsáveis por menos de 10% das infrações registradas, sendo que deste percentual 73,8% são infrações contra o patrimônio e 50 % são furtos. Os homicídios correspondem a 8,46%.

Portanto, ao contrário do que apregoam os militantes da redução da maioridade penal, os atos infracionais correspondem a uma parcela muito pequena em números absolutos se comparada ao número de crimes cometidos no Brasil. Os índices relacionados aos adolescentes em conflito com a lei não servem de forma alguma como argumento para apoiar as propostas de redução da idade de responsabilização penal.

OS ARGUMENTOS

O argumento de que o endurecimento de leis penais reduz a criminalidade também é amiúde utilizado para justificar a proposta de redução da maioridade penal. Na tentativa de satisfazer o clamor público por justiça, nossos parlamentares acabam por passar à Nação a falsa ideia que reduzindo a idade de responsabilização penal, haverá redução dos índices de violência.

Entretanto, os estudos demonstram que as cidades brasileiras que apresentam os mais altos índices de vulnerabilidade juvenil à violência são justamente aquelas cidades que demonstram os maiores indicadores de: mortalidade por homicídios, mortalidade por acidentes de trânsito, de pobreza e de desigualdade social.

Fica evidente que a suscetibilidade juvenil à criminalidade está intimamente relacionada com a desigualdade social, a ausência de políticas públicas de cunho social, o racismo, a pobreza e o desemprego.

> **"Estudos no campo da criminologia demonstram que não há uma relação direta de causalidade entre a adoção de leis mais severas e a redução dos índices de criminalidade. Entretanto, políticas e ações de natureza social têm um peso significativo na redução da criminalidade.**

Estudos no campo da criminologia demonstram que não há uma relação direta de causalidade entre a adoção de leis mais severas e a redução dos índices de criminalidade. Entretanto, políticas e ações de natureza social têm um peso significativo na redução da criminalidade.

Por exemplo, nos Estados Unidos a experiência de endurecimento das penas para os adolescentes foi mal sucedida e agravou o problema da violência. Estudos demonstraram que os jovens que cumpriram penas em penitenciárias voltaram a delinquir e de forma ainda mais violenta.

Nos Estados Unidos 7 anos de endurecimento de sentenças aplicadas a jovens triplicaram os índices de crimes praticados por adolescentes. Lá são 75.000 jovens infratores e no Brasil são 25.000. Proporcionalmente a situação brasileira é melhor.

No que tange à inocuidade de medidas repressivas, no Brasil há um exemplo muito representativo que é a Lei dos Crimes Hediondos de 1990. Essa lei derivada do Movimento de Lei e Ordem não causou nenhum impacto positivo no número de ocorrências de crimes hediondos, por outro lado é uma das leis responsáveis pelo quadro de superlotação do sistema prisional brasileiro.

Não é com a adoção de leis penais mais severas que se quebra o ciclo vicioso da violência porquanto a mesma tem profundas raízes de ordem social que precisam ser quebradas com a adoção de políticas públicas sérias.

A evolução tecnológica e a velocidade com que a informação torna-se acessível hodiernamente modificaram a forma como os jovens percebem e compreendem a realidade. Na opinião de muitos esse advento fez com que os jovens passassem a ter um discernimento mais desenvolvido. Esse argumento faz parte do arcabouço utilizado pela corrente reducionista. Certamente o acesso quase instantâneo a uma multiplicidade de informações modificou positivamente a forma como os adolescentes veem e compreendem a realidade. Os tabus estão gradualmente sendo desmontados. Os valores e conceitos sociais formando-se com mais rapidez. No entanto, esse conjunto de valores humanos forma o cabedal mínimo de valores que proporciona à pessoa discernir o bem e o mal, o lícito e o ilícito, não sendo suficiente para reduzir a idade de responsabilização penal. Ademais, a inimputabilidade penal absoluta aos menores de dezoito anos é fruto de uma política criminal sintonizada com a Doutrina de Proteção Integral. Doutrina consagrada pela Constituição Federal de 1988 e que tem incidência sobre todo o sistema de leis penais.

Sem dúvida a discussão sobre o tema da redução da maioridade penal é extremamente complexa e controversa não se encerrando em um único discurso.

Há muitos fatores que devem ser sopesados com muita cautela. Mas como cidadãos devemos refletir sobre todos os argumentos utilizados pela corrente reducionista como fundamento para a redução da maioridade penal.

Registro do Parque Vila Germânica durante a enchente de 2011, quando o nível do Rio Itajaí Açu chegou a 13 metros
FOTO: JAIME BATISTA

VULNERABILIDADE URBANA E DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

POR SCHENDEL SCHENKEL

Professora do curso de Direito da FURB <schenma@yahoo.com.br>

O estudo dos direitos ambientais está inteiramente conectado aos direitos humanos, revelando que a ocupação territorial sem planejamento implica no detrimento da qualidade de vida e, consequentemente, na ausência da dignidade da pessoa humana. Atenta-se sobre os riscos ambientais construídos sob os olhares e anuência da sociedade, provocando a vulnerabilidade urbana frequentemente observada quando da ocorrência dos desastres ambientais.

A história de Blumenau é repleta de enchentes, as quais prejudicam os cidadãos desde o período colonial. Os caracteres geofísicos do município são propícios aos eventos negativos ambientais, mas, sobretudo, houve exacerbada ação antrópica que inescrupulosamente devastou a vegetação da região, fazendo quase desaparecer por completo a Mata Atlântica. Tem-se, sem dúvidas, uma encruzilhada, pois o município é pressionado à expansão econômica através da necessidade de gerar empregos, lucro contínuo, integrar a competitividade, etc.

> **“Praticamente tudo o que se enxerga em Blumenau foi edificado em áreas inadequadas, inclusive prédios públicos (...) Enquanto não houver coerência nos planejamentos e união dos atores envolvidos, as relações socioeconômicas e ambientais continuarão em desequilíbrio, dando ensejo a episódios lamentáveis.**

Caracterizam-se os direitos humanos e ambientais em direitos intransponíveis ao bem-estar coletivo e qualidade de vida segundo as necessidades humanas. Os direitos ambientais são indispensáveis à perpetuação da vida como um todo, esclarecendo, pois, a conectividade destes com os direitos humanos, já que ambos são imperativos à vida com qualidade, justa e digna.

Mecanismos propulsores dos desastres tão frequentes no município ainda são constantemente verificados, especialmente a forte ação antrópica, em especial as moradias impróprias (de risco), já que erguidas sem os mínimos cuidados e atendimento à legislação municipal, ao estatuto da cidade, à legislação federal de preservação ambiental, etc. O déficit habitacional é um estigma em Blumenau, o próprio contorno geográfico assim contribui. Mormente no passado, os incentivos fiscais do poder público rechearam a região de empresas de grande porte, exercendo atrativos consideráveis referentes à oferta de empregos, cuja ausência de políticas urbanas intensificou as atípicas moradias populares. Deste modo, o intenso processo de migração não esperado, tampouco organizado, trouxe problemas significativos como o avanço de moradias indevidas em áreas verdes, por meio do desmatamento das encostas e morros, poluição, especialmente dos recursos hídricos, propagação de epidemias, grande contingente a depender da assistência social municipal, sobrecarga dos recursos naturais, dentre outros. Tudo isso reflete diretamente sobre os direitos humanos e ambientais da população, maculando a qualidade de vida dos mesmos, já que as citadas degradações se intensificaram com o passar dos anos.

Desta forma, todo o crescimento populacional e desenvolvimento econômico ocorridos aconteceram em prejuízo dos recursos naturais. Praticamente tudo que se enxerga na cidade de Blumenau foi edificado em áreas inadequadas, inclusive prédios públicos, causando assim, as problemáticas descritas.

Enquanto não houver coerência nos planejamentos e união dos atores envolvidos, as relações socioeconômicas e ambientais continuarão em desequilíbrio, dando ensejo a episódios lamentáveis. A relação do social com o natural está baseada em ações e, por conseguinte, reações. Trata-se do chamado “evento-resposta” estabelecido no conceito de desastre a partir da teoria de Kreps.

Os desastres são ‘construções sociais’, desencadeadas pela junção de alguns fatores, dentre os quais, o de maior relevância e magnitude é a pressão dos indivíduos sobre os recursos naturais, os quais foram subjugados à compreensão de apenas satisfazer as necessidades da humanidade, fossem estas indispensáveis ou não. Assim, os desastres ambientais não são uma fatalidade. Via de regra, é uma construção social e econômica do próprio ser humano que, enlevado pelo sistema e modernização, se perde na busca pelo lucro a fim de se manter competitivo. Porém, não se dá conta que a sustentabilidade urbana vem se tornando inatingível ante seu comportamento irracional, tornando os recursos naturais cada vez mais escassos, prejudicando o ecossistema e a qualidade de vida, a qual repousa nos direitos humanos.

É preciso conscientização para que o crescimento não seja apenas econômico, de forma a beneficiar uns poucos privilegiados, mas que haja ‘desenvolvimento humano’, agregando assim, reais valores sociais à população, vertendo cidadania e qualidade de vida para todos. Inegável que o bem-estar dos cidadãos está interconectado ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana que, por sua vez, possui as questões ambientais como indispensável à perpetuação da vida. Logo, a interdependência entre os direitos ambientais e humanos é assombrosa. O vínculo faz-se mais aparente quando se observa grupos de pessoas residindo precariamente nas encostas e morros de Blumenau, os quais se encontram despidos de seus direitos humanos e ambientais. Com a presença de tamanho furto dos descritos direitos na cidade, torna-se esta, uma sociedade de risco, cujas condições naturais foram potencialmente desestruturadas, notadamente pelo déficit habitacional, constituindo a vulnerabilidade ambiental dos munícipes.

Os grupos sociais mais subtraídos em seus direitos humanos e ambientais tornam-se significativamente vulneráveis perante a construção dos riscos ambientais, os quais se não vitimados fatalmente ensejam uma inovadora classe de refugiados, os ambientais, haja vista a evacuação do território ser a última alternativa em prol da oportuna sobrevivência. A desigual conotação de vulnerabilidade reforça o aspecto da injustiça ambiental, pois há uns menos e outros mais vulneráveis frente às trágicas ocorrências.

Conclui-se que, a sustentabilidade urbana está vinculada à eficiência das políticas públicas em observar as cidades como um organismo único, vivo e em constante alteração. É nesse sentido que Blumenau precisa (re) agir.

"A NOVA DIREITA É EXTREMAMENTE CONFUSA"

A convite do Laboratório de Estudos Contemporâneos (LEC), a Universidade Regional de Blumenau recebeu o professor doutor Leandro Pereira Gonçalves, docente do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) para uma conferência intitulada: "Direitas, História e Memória: análise transnacional entre Brasil e Portugal". O prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves destacou-se no meio acadêmico por ser um dos principais estudiosos do pensamento de Direita no Brasil. Autor de livros, capítulos de livros e mais de quarenta artigos publicados em revistas especializadas, o professor Leandro concedeu uma entrevista ao Jornal Expressão Universitária. Entrevista realizada por Leonardo Brandão (Coordenador do Laboratório de Estudos Contemporâneos da FURB).

Expressão Universitária - Em linhas gerais, sabemos que a esquerda apoia-se na ideia de justiça social, buscando uma sociedade mais igualitária. E o pensamento de direita? Quais foram os filósofos da direita? De onde vem essa tradição e como ela se apresenta atualmente?

Leandro Pereira Gonçalves - *Para abordar a direita é preciso, antes, separá-las em duas: a direita clássica, teoricamente fundamentada na escola liberal, que é o posicionamento que existe na grande maioria dos países ocidentais. Ela tem como característica a defesa do liberalismo econômico durante boa parte do século XX e a partir dos anos de 1980-1990 sofre uma atualização e é substituído pelo pensamento neoliberal. E temos a direita radical que é composta pelos movimentos fascistas no período entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial e dos movimentos ultranacionalistas que se formaram depois da década de 1950. Como a direita radical após a 2ª Guerra Mundial se torna algo marginalizado e restrito a pequenos grupelhos, o que se predomina no cenário ocidental são os partidos de centro-direita, ou seja, partidos que defendem uma limitação da intervenção do Estado na economia, mas ao mesmo tempo necessitam do mesmo para que suas pautas e direitos sejam guarnecidos. É claro que a direita que permanece politicamente ativa no cenário ocidental tem suas particularidades e também suas contradições, pois a direita não é um bloco ideológico homogêneo, ela representa diversos setores econômicos e sociais, com projetos econômicos e políticos distintos. Para uma definição mais especifica da direita no século XX, poderíamos descrevê-la como sendo uma posição política conservadora com suas raízes na socialdemocracia, que defende os valores morais, a religião, principalmente aquelas que seguem a tradição cristã, a família tradicional, sendo o homem o principal gestor e centro do cerne familiar. Na parte política a direita se posiciona na lógica liberal, defendendo o liberalismo, a propriedade privada, a meritocracia, a não intervenção do Estado na economia, aposta na política de privatizações, deixando para o Estado as funções de educação, saúde e segurança. No século XX, com as mudanças do próprio capitalismo e do desenvolvimento tecnológico, a direita atualizou o pensamento liberal a partir de novos pensadores do liberalismo. Os principais liberais que influenciaram a direita na segunda metade do século XX surgiram da escola austríaca, liderada por Friedrich August von Hayek e da escola de Chicago de Milton Friedman.*

Expressão – Após as manifestações de junho de 2013 e, principalmente, após as eleições presidenciais do ano passado, há uma quantidade considerável de pessoas que vem se declarando publicamente de direita. O diagnóstico de que vivemos um novo desabrochar da direita no Brasil é correto?

Leandro Pereira Gonçalves - *O processo de radicalização do pensamento não é um fenômeno novo. Na Europa estudos mostram que a direita radical avança no cenário político desde o processo da globalização e no Brasil ele vem sendo construído por setores conservadores desde a redemocratização. Na década de 1980, verificamos o surgimento de grupos de skinheads, neonazistas e do ressurgimento do movimento integralista. As jornadas de junho podem ser entendidas como o estopim de uma crise de representação política, onde expressiva parcela da sociedade não se sente representada pela política atual, assim como na Europa, onde os partidos de centro-direita e os partidos de esquerda perderam sua credibilidade com os eleitores, fato comprovado pelo enorme número de abstenções nas eleições.*

As jornadas de junho misturaram diversas pautas políticas, tanto de esquerda, quanto de direita, são diversas questões, mas no que diz respeito a "nova" direita, representada quase que exclusivamente por setores da classe média contrários aos programas assistencialistas do governo do PT, as cotas sociais e raciais para o ingresso no ensino superior, entre outros projetos que buscam a inclusão social, com o objetivo de maior distribuição de renda e de cunho social. Esses setores se sentem excluídos, deixados de lado, sem representação política e sem um partido que os defenda. E outro ponto importante a ser considerado é a insatisfação da população com a corrupção sistemática que existe no país, tirando a credibilidade do Estado. Nesse caldeirão de insatisfações, essa "direita" se ampara ideologicamente em alguns "pseudo" intelectuais que surgiram diante do esvaziamento do debate político. Por que digo pseudo? Porque parte desses intelectuais que se posicionam ideologicamente como libertários, se embasam politicamente em autores controversos e rejeitam autores consagrados dentro da teoria política e das ciências humanas. São "intelectuais" que escrevem a partir da sua própria subjetividade e conhecimento de mundo, não utilizando métodos científicos em seus textos ou comprovação empírica, fazendo análises superficiais de uma conjuntura que permeia o senso comum. Entre esses "intelectuais" temos novas caras em nosso país. Os principais utilizados por esses grupos sociais são autores como Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Olavo de Carvalho, que constroem suas falas para privilegiar e blindar alguns setores da sociedade. Eles se intitulam como libertários, ou seja, defendem o Estado Mínimo e a política de privatização. Rodrigo Constantino, por exemplo, é um dos principais escritores do Instituto Liberal e representante da escola austríaca do Instituto Von Misses. Além deles, temos também um setor que se coloca como direita, encabeçado por alguns parlamentares que compõe um Congresso conservador de nível primário, que não possui qualquer tipo de teor intelectual e apresenta bandeiras baseadas em rótulos como o da homofobia.

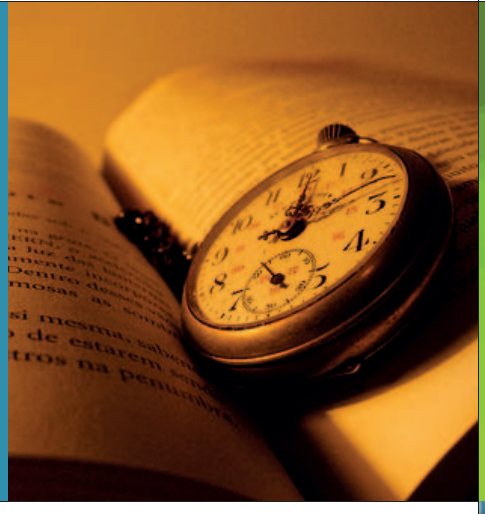
> **"A "nova" direita (conservadorismo primário) é extremamente confusa, ela em primeiro lugar não consegue analisar a conjuntura social e política em que vive, pois na onda dos "pseudo" intelectuais nos quais usa como norte ideológico, ela acredita viver em um governo "comunista", "bolivariano".**

Outro ponto é que a "nova" direita (conservadorismo primário) é extremamente confusa, ela em primeiro lugar não consegue analisar a conjuntura social e política em que vive, pois na onda dos "pseudo" intelectuais nos quais usa como norte ideológico, ela acredita viver em um governo "comunista", "bolivariano", acreditando que o assistencialismo e os projetos de distribuição de renda são, na prática, a implementação do comunismo no Brasil. Outro ponto importante é que com esse crescimento do conservadorismo, vários partidos se aproveitaram, o PSDB por exemplo, para se realinhar em um discurso mais à direita para cooptar esses eleitores, mesmo o partido se colocando como socialdemocrata e tendo diversos membros que ideologicamente se assumem enquanto esquerdistas.

O problema é que com a radicalização do discurso para ampliar sua base de votos, esses partidos, assim como os "pseudos" intelectuais, criaram uma "bola de neve". Porque agora não conseguem mais controlar a radicalização do pensamento desses grupos sociais, que se tornam cada vez mais agressivos e antidemocráticos, perdendo o controle da situação. Temos que também creditar essa "bola de neve" a grande imprensa nacional, que age de forma seletiva, partidária, que silencia e oculta notícias de importante relevância, como a participação de políticos do PSDB, DEM, PMDB em casos de corrupção, o que para os setores menos informados acreditem que a corrupção é problema de apenas um partido.

Expressão – Quais são seus projetos em andamento e quais são seus projetos para o futuro?

Leandro Pereira Gonçalves - *Continuo analisando aspectos sobre a Direita e para isso criamos há pouco tempo uma rede de investigação com pesquisadores de várias universidades do mundo. No grupo "Direitas, História e Memória", cujo o site é: http://direitashistoria.net/, temos a possibilidade de dialogar, produzir e refletir sobre tais fenômenos. Atualmente estou dedicando meus estudos ao entendimento da relação entre Brasil e Portugal no campo do salazarismo e identificar ações destes grupos no Brasil.*



CURTAS

TEMPORADA DE EXPOSIÇÕES DO MUSEU DE ARTE DE BLUMENAU

A 5ª temporada de exposições do museu de arte de Blumenau tem início no dia 5 de novembro e ficará aberta para visitação até 10 de fevereiro. A temporada reúne obras de seis artistas que nos permitem voltar ao passado: Das telhas abaixo - Romeu Bessa; Compensado - Cassio Leitão; Paisagem fragmentada - André de Miranda; Distracionismo Lúdico - Brandão; Papéis de parede e/ou Pintura de Interiores - Paula Scavazzini; e Contracenando - Marie-Ange Giaquinto. Aos interessados, a visitação poderá ser feita de terça-feira a domingo, das 10h às 16h na Fundação Cultural e com entrada sempre gratuita.

FESTIVAL DE HIP HOP NO CARLOS GOMES

Nos dias 20 e 21 de novembro, acontecerá no grande auditório do Teatro Carlos Gomes, o 12º Festival de Hip Hop Black Cat, realizado pela professora e coreógrafa Bruna Georgi. O evento conta com uma série de apresentações das coreografias trabalhadas no decorrer do ano de 2015 e também com convidados de renome nacional como o Grupo de Dança Andreia Mendes, de Timbó/SC e o Grupo Pyramid de Curitiba/PR, ambos selecionados para o Hip Hop International de 2016 que ocorrerá em Las Vegas. Além dos convidados, o Grupo Avulsos, que conquistou o primeiro lugar no Festival de Dança de Joinville, em Julho deste ano, promete uma apresentação diferenciada, como de costume. Ingressos antecipados custarão 20,00 (estudante) e 25,00 (adulto) e podem ser comprados na bilheteria.

UFSC TEM SEGUNDO TURNO DIA 11

Luis de Olivo e Edson Roberto De Pieri disputam o cargo de reitor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O segundo turno será dia 11 de novembro entre os candidatos Luis Cancellier e Edson Roberto De Pieri. A chapa 82, formada por Luis Cancellier de Olivo e Alacoque Lorenzini Erdmann, contabilizou 29,54% dos votos, enquanto a chapa 84, composta por Edson Roberto De Pieri e Carlos Alberto Marques, recebeu 22,49% da preferência. A proporção de votos brancos e nulos foi de 2,05% entre técnico-administrativos em educação, 1,75% entre professores e 1,82% entre alunos. O segundo turno da eleição está previsto para o dia 11 de novembro. As regras determinam o mesmo peso dos votos para professores, estudantes e servidores. Dessa forma, os cerca de 33 mil alunos valem o mesmo que os 2,3 mil professores e os 3,1 mil funcionários. O primeiro turno da eleição para reitor e vice na UFSC ocorreu dia 21 de outubro. No mesmo dia, houve eleição na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), quando Marcus Tomasi e Leandro Zvirtes foram eleitos para os mesmos cargos, respectivamente.

JAIME BATISTA SILVA

PREVENÇÃO DE DESASTRES E QUESTÕES AMBIENTAIS SÃO TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM BLUMENAU

No dia 24 de outubro a Prefeitura de Blumenau, por meio da Secretaria de Planejamento Urbano, lançou o processo de revisão do Plano Diretor do Município. Dessa forma é possível discutir junto à comunidade assuntos de extrema importância para os cidadãos, entre eles estão previstos a prevenção de desastres e questões ambientais. O processo de revisão acontece através de quatros etapas: A primeira consiste em seu lançamento. A segunda (programadas para o período entre 28 de outubro e 7 de dezembro) realizam-se as discussões sobre os assuntos prioritários, onde a comunidade pode participar através de sugestões e críticas. A terceira é onde ocorre a construção do plano e definição das propostas. E a última etapa elabora e apresenta a atualização do projeto de lei em audiência pública. Entre essas quatro etapas, a comunidade pode participar tanto presencialmente nas audiências, como virtualmente através do e-mail pensar@blumenau.sc.gov.br. No caso da participação on-line, a comunidade tem o período de 24 de setembro de 2015 a 31 de maio de 2016 para enviar sugestões de melhorias ao documento. A chuva que castigou Santa Catarina em outubro deste ano causou volume cinco vezes superior à média para o período em algumas regiões – de 150 mm para 750 mm no Alto Vale do Itajaí, por exemplo. Dados atualizados do nível do rio podem ser conferidos pelo Sistema de Monitoramento e Alerta de Eventos Extremos de Blumenau (Alertablu).

UNIASSELVI COMPRADA

O grupo Kroton vendeu a Uniasselvi, por R$ 1,1 bilhão para o fundo Carlyle e a Vinci. A informação foi divulgada pelo colunista Lauro Jardin no site do jornal O Globo em outubro. A venda foi exigência do Cade, controlador da concorrência no país, em função da fusão da Kroton com a Anhanguera, formando o maior grupo privado de educação do mundo em abril de 2013.

A Uniasselvi foi adquirida pela Kroton em 2012 por R$ 510 milhões.O valor pago agora é 115% superior ao de três anos atrás, segundo informou a colunista Estela Benetti no Diário Catarinense. Os campi da instituição estão baseados em Blumenau (duas), Indaial, Brusque, Timbó, Rio do Sul e Guaramirim. Na época, tinha 86,2 mil alunos, sendo 73,7 mil em ensino a distância de graduação e pós-graduação e 12,5 mil de ensino superior presencial.

FENATIB COLORE BLUMENAU DE 4 A 12 DE NOVEMBRO

A 19ª edição do Festival Nacional de Teatro Infantil de Blumenau (Fenatib), traz para a cidade vários grupos de 4 a 12 de novembro. A programação é gratuita e contempla, além de espetácululos, oficinas, palestras e debates. O evento terá como palco o Teatro Carlos Gomes, com a maioria das apresentações no Auditório Willy Sievert. Também estão previstas apresentações no Cine Teatro Edith Gaertner da Fundação Cultural, nos Caics da Velha e Itoupava, Casa São Simeão, Centro Cultural 25 de Julho e na Praça do Teatro Carlos. Gomes. De acordo com a organização do evento, o Fenatib vai contar este ano com aproximadamente 40 apresentações. Informações sobre a programação podem ser encontradas no site: www.fenatib.com.br

ENTRE RITAS E CAROLINAS

Não À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

POR PRISCILLA BRITTO

Acadêmica do curso de Jornalismo da FURB

Os números sobre a violência contra a mulher mostram ainda uma realidade a ser superada. Só no ano de 2014 foram registrados 112 atendimentos na Casa Eliza sendo que desses 43 eram mulheres adultas, 54 crianças acompanhadas de suas mães e 15 adolescentes.

Carolina, mulher vivida, forte e independente. Sorridente e que coloca suas ideias de maneira sem igual. Carrega consigo a árdua tarefa de mostrar para sua filha a realidade do mundo, tentando ser o melhor exemplo que consegue. Carolina vem de família simples, onde os padrões familiares são confusos até hoje para ela. Em sua infância nunca teve exemplos bons de relacionamentos dentro de casa, viu por diversas vezes sua mãe sofrer abusos por parte do seu pai e não podia fazer nada para ajudá-la. Seu irmão tinha a insistente mania de dizer que ela era "inútil e não servia para nada", mas mesmo assim carrega estes episódios como fortificação de seu próprio ser. Trabalha, batalha, estuda e se revira em trinta para ser mãe, estudante e melhor profissional possível.

Rita é de família católica, conservadora e tradicional. Incluída desde jovem a cultura do medo pela mãe, foi ensinada a não usar roupas curtas e não andar sozinha a noite. Virginiana, juvenil, com a vida pela frente, descobrindo sua maturidade. Determinada e ao mesmo tempo tímida, lida com as dificuldades de todas as meninas da sua idade. Faculdade, trabalho, namorado e todas as preocupações de uma vida comum. Mas Rita apesar de viver como a maioria das garotas, entendia os relacionamentos amorosos de uma outra forma.

Numa determinada noite Carolina se viu com sua filha no colo, ferida e aos prantos encostada na parede pedindo para que alguém pudesse salva lá, dizendo para si mesma que aquela seria a última vez se conseguisse sair dali viva. Que a culpa não era sua, que não havia mais o porque continuar ali. Na sombra da porta conseguiu perceber que ele voltava e pediu por alguns segundos que aquilo terminasse logo. Pois ela já não aguentava mais.

Num sábado à noite, entre risos e bebidas, o dono da casa em que Rita estava com seu namorado e amigos sugeriu que eles 'ficassem' , e depois que seu namorado disse não haver problemas, ela aceitou. No começo tudo ocorreu bem, até que Rita se viu presa em um banheiro, ouvindo palavras obscenas e tendo sua roupa arrancada pelo garoto. Quando conseguiu fugir dali, não fugiu por muito tempo. O mesmo perseguiu-a até a cozinha, onde disse saber o que ela sentia, disse que ela poderia parar de agir daquela forma. Com vergonha de si mesma, foi dormir junto com os outros amigos e seu namorado sem comentar o que tinha ocorrido. Que tinha sido invadida, que apesar de ter aceitado ficar com aquele garoto, ele não tinha o direito de toca-lá daquela maneira. Passou a noite em claro, contando que cada minuto daquela longa madrugada chegasse ao fim e que a única pessoa que estivesse acordada naquele momento não fosse a pessoa que a havia agredido.

A cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil. Em 2014 o Governo Federal recebeu mais de 485 mil atendimentos no Ligue 180 (central de atendimento a mulher), uma média de 40 mil atendimentos por mês e 1.348 atendimentos por dia. Um balanço geral feito pelo site do governo, mostra que houve um aumento de 20% do ano de 2013 para 2014 nas ligações relacionadas a violências sexuais e 50% em denúncias para cárcere privado. Mostra ainda que o maior número de denúncias ocorrem em relacionamentos com duração maior de 10 anos e que 43% da violência é diária.

De acordo com o advogado Leandro Marin, formado em direito na UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) , para a justiça "É considerado violência doméstica o abuso físico (agressão) ou psicológico (xingar, humilhar, chantagear, privar de algo, obrigar a fazer alguma coisa, entre outros) de um membro do grupo familiar em relação a outro, o qual pode ocorrer por meio de ações ou omissões, acarretando-lhe danos morais e patrimoniais, dor, sofrimento, lesão e até a morte. As vítimas desse crime, em sua maioria, são mulheres."

Leandro ainda diz que a criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340) de 2006, ajudou a gerar uma realidade diferente para as mulheres que sofrem agressões domésticas praticadas por ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro. Perante essa lei, a violência doméstica deixou de ser um crime de menor potencial ofensivo (punido com multa ou pagamento de cesta básica), passando a ter uma pena mais dura, prisão de 3 meses a 3 anos. O advogado ainda enfatiza que Maria da Penha é uma história real sendo ela uma biofarmacêutica cearense, mãe de três filhas e avó. Ela foi agredida várias vezes pelo marido e, enquanto dormia, levou um tiro disparado por ele, ficando paraplégica.

Situações como as de Maria da Penha, Rita, Carolina e outras tantas mulheres, fizeram com que o Governo Federal no ano de 2015 inaugurasse a Casa da Mulher Brasileira. Um espaço que funciona 24h e conta com uma delegacia especializada, juizado, defensoria pública, promotoria, alojamento de passagem, equipes psicossocial e de orientação para emprego e renda. Essa casa visa ser uma opção emergencial para as mulheres que em um primeiro momento, não tem para onde ir e não conseguem sair daquela situação sozinhas. Nessa primeira etapa, o Governo deseja ampliar essa casa para todas as capitais dos estados brasileiros.

Em Blumenau, também temos uma casa de abrigo para mulheres em situações de risco, chamada "Casa Eliza". De acordo com Vanessa Cardoso e Tânia Adriano , Assistente social e Coordenadora da casa, "o atendimento é feito por profissionais que trabalham em plantão de 12/36 horas, sendo que o Abrigo funciona 24 horas. No primeiro momento é feito o acolhimento das famílias, dependendo da situação, antes mesmo do cadastramento é oferecido refeição, durante o cadastramento, é realizado o registro dos documentos pessoais da família e é neste momento que a mulher tem a oportunidade de relatar o motivo de procurar abrigo. Em seguida, agendamos atendimento com a Assistente Social e Psicóloga do Abrigo. Dependendo de cada situação, idade dos filhos, condição de saúde, se a mulher trabalha ou não, nós damos os encaminhamentos necessários para que a Mulher retome sua vida o mais rapidamente possível."

Só no ano de 2014 foram registrados 112 atendimentos na casa sendo que desses 43 eram mulheres adultas, 54 crianças acompanhadas de suas mães e 15 adolescentes.

Vanessa e Tânia ainda nos informam que após a saída das mulheres no abrigo, dependendo a situação, elas são acompanhadas pelo CREAS(Centro Especializado de Assistência Social) ou CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

A psicóloga Caroline Brüning, formada na FURB, explica a importância do apoio psicológico para a vítima. "Na modalidade de psicoterapia, a psicologia ajuda o paciente a entender seu contexto, o que acontece, como acontece e por que acontece. O objetivo é fazer com que ele encontre autoestima e auto-confiança suficientes para colocar um fim no ciclo de violência e que lide bem com sua história."

Para Carolina, quando questionada se faria uso da casa caso precisasse, reclama da burocracia. "Para ter acesso à casa você precisa passar por muitos lugares antes, mas se eu não tivesse conseguido sair da situação sozinha, com certeza teria recorrido a ela."

Hoje após alguns meses dos acontecimentos com ambas as vítimas, elas tentam lidar com o fato de pessoas próximas não acreditarem no que aconteceu. "As pessoas que ficaram sabendo a versão dos fatos por ele, jamais acreditariam em mim. Sinto que de alguma forma isso parece uma corrida para ver quem atinge mais pessoas e contar sua verdade… E você tem vergonha de falar sobre isso. Você tem vergonha de ter sido violentada. " lamenta Rita. Carolina concorda com tudo e ainda acrescenta " Eu fui muito ofendida por amigos do meu agressor." Carolina por inúmeras vezes tenta entender como deixou chegar nesse extremo. " Eu compreendia aquilo como amor. As vezes as mulheres que passam por isso, assim como eu, não tiveram muitas referências de amor na família ou no ciclo social (…) Eu sempre pensava 'Ele me agrediu, eu estou destruída, mas acredito que perder ele deve ser pior. Eu vou tentar, eu vou esperar para ver se ele não vai mudar.'"

Carolina aconselha as mulheres que estão nessa situação " Não se afastem. Conversem com outras pessoas, permaneçam com seus amigos e converse com mulheres. Quando estamos sobre situação de abuso ficamos muito vulneráveis."

"Você não é culpada pelo o que aconteceu. Você não causou a agressão. Não foi por que você estava bêbada, ou por ter usado qualquer tipo de droga. Não foi porque você estava com uma roupa curta ou porque você estava vulnerável, de qualquer maneira a culpa não foi sua e você não poderia ter evitado. Acho que a maior dificuldade de quem sofre abuso sexual é aceitar que você não poderia ter evitado aquilo até porque você não estava fazendo nada errado. Você não é culpada pelo que aconteceu." diz Rita.

Hoje Rita e Carolina tentam recuperar suas vidas e aceitar que os pesadelos duram apenas uma noite e dentro da sua própria cabeça. As feridas jamais irão se fechar e talvez essa seja a maior tarefa com que elas tenham que lidar todos os dias. Nenhuma mulher precisa passar por isso hoje, afinal, Maria da Penha teve de ficar paraplégica para que a causa da violência da mulher fosse vista e encarada com respeito. Se você sofre algum tipo de abuso, ligue 180 e busque ajuda.

(Os nomes citados na matéria são fictícios para preservação das identidades das vítimas.)

Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Gradu-
ação em Desenvolvimento Regional

LADO B

A INDISSOCIABILIDADE DISSOCIADA

Uma universidade existe somente quando se consegue integrar ensino, pesquisa e extensão. Por isso, o Artigo 207 da Constituição de 1988 prescreve: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Porém, na universidade brasileira em geral e na FURB, em particular, a realidade é muito diferente. Afinal, existe muito ensino, alguma pesquisa e quase nada de extensão. Nesse sentido, cabe perguntar por que, apesar de sua importância, a extensão é tão pouco valorizada na universidade?

A extensão universitária constitui uma atividade central para o desenvolvimento de uma região. A ideia subjacente às atividades de extensão é que o conhecimento deve afetar a vida das pessoas para além da universidade. Trata-se, portanto, de reduzir a distância existente entre a atividade acadêmica e os interesses concretos da população. Por isso a extensão universitária é concebida como uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Nesse sentido, a marginalização da extensão é produto das relações que a universidade mantém com a sociedade. Ou seja, o padrão predominante de ensino e pesquisa.

A extensão universitária surgiu na metade do Século XIX na Europa. Constitui uma resposta aos problemas gerados pela Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo. Nesse sentido, é possível diferenciar duas vertentes principais: a) Vertente Europeia: a extensão é concebida como educação continuada para as classes populares que não têm acesso à universidade; b) Vertente Estadunidense: a extensão compreende o engajamento da universidade na prestação de serviços para o setor empresarial. Estas duas vertentes refletem as próprias diferenças entre os dois modelos de universidade e os próprios contextos sociais.

No Brasil a implantação das atividades de extensão acompanha o processo de criação da universidade. As primeiras experiências remontam ao início do século passado e replicam as vertentes europeias e americanas. Neste contexto pioneiro, uma das experiências mais marcantes foi o famoso Projeto Rondon. Assim, apesar deste conjunto de iniciativas somente a partir da década de 1980 no contexto de redemocratização a extensão se institucionaliza na universidade brasileira. Apesar disso a extensão continua sendo reduzida à formação continuada ou à prestação de serviços, e não como um vetor de democratização universitária.

No que se refere à FURB, a extensão acompanha as transformações institucionais. Nesse sentido, pode-se diferenciar duas fases principais: 1) Fase voluntarista: a ações de extensão eram atividades isoladas que dependiam do compromisso dos acadêmicos com a questão; b) Fase institucional: com a criação da Pro-reitoria de Extensão em 1992 inicia-se uma articulação das ações de extensão. Porém, desde a reforma efetuada pela Gestão Eduardo Deschamps (2006-2010) a extensão perdeu protagonismo na FURB. Neste contexto, para citar apenas duas iniciativas: a) o papel do CEOPS na gestão dos desastres na região; b) o PROEP e a terceira idade.

O CEOPS surgiu em 1984, no contexto de implantação das medidas de pré-impacto não-estruturais de gestão dos desastres na região. Compreende um centro de previsão meteorológica e hidrológica fundamental para a preparação em caso de ocorrência de enchentes e deslizamentos. No contexto de priorização da pós-graduação na FURB e da centralização da informação em Florianópolis na Defesa Civil e no CIRAN-EPAGRI, o CEOPS foi enfraquecido. Contudo, apesar de todos os investimentos e da propaganda em torno do AlertaBlu, quinta-feira a noite o Prefeito Napoleão Bernardes recorreu ao CEOPS para saber se cancelava ou não a Oktoberfest!

Outra iniciativa muito importante constitui o Programa de Educação Permanente – PROEP. O PROEP foi fundado em 1992, é destinado a pessoas que atingiram a maturidade, pessoas maiores de 45 anos. O objetivo é criar um espaço educacional e de socialização para atender essa faixa de idade, oferecendo práticas como natação, pintura, ioga, marcenaria, fotografia, informática, canto, etc. Trata-se, portanto, de oferecer atividades físicas, culturais e técnicas como forma de manutenção da saúde, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a construção de cidadania. Atividades artísticas como, por exemplo, o Coral ou como o Apoio Fisioterápico.

A valorização da extensão passa pelo fortalecimento dos programas existentes e o estímulo ao desenvolvimento de novas iniciativas. Este processo envolve três dimensões principais: a) Dimensão metodológica: promover a discussão na FURB sobre os procedimentos metodológicos de como a extensão deve ser praticada; b) Dimensão institucional: estabelecer um órgão com autonomia que se ocupe exclusivamente da política de extensão; c) Dimensão normativa: difundir a extensão junto a sociedade e, principalmente, dentro da própria universidade. Para isso é preciso fortalecer nossa concepção de extensão universitária na FURB.

A extensão universitária não deve ser reduzida a um repasse unidirecional de conhecimento para a sociedade, nem confundida com política pública. A extensão universitária constitui uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Se, por um lado, o conhecimento científico, artístico e tecnológico deve modificar o contexto regional, o contexto regional também deve modificar a produção e transmissão do conhecimento. Precisamos estabelecer um plano institucional de extensão no qual as linhas programáticas de atuação e projetos temáticos em conjunto com a comunidade regional.

Uma iniciativa é alinhar as ações de extensão da FURB à Política Nacional de Extensão promovida pelo Fórum de Pró-reitorias de Extensão - FORPROREX. Segundo esta política, "a extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural e político que promove a interação transformadora entre a universidade e os outros setores da sociedade". Suas diretrizes sinalizam a necessidade de uma interação dialógica, interdisciplinar e interprofissional na extensão. Isto significa garantir estabilidade institucional, recriando a Pro-reitoria de Extensão.

> **"Paradoxalmente, a extensão é menos conhecida na universidade que na sociedade (...) Além de desconhecida, a extensão continua desvalorizada na universidade. Este processo indica apenas a perda de protagonismo social da universidade.**

Paradoxalmente, a extensão é menos conhecida na universidade que na sociedade. Se quisermos entender este paradoxo precisamos olhar para o ensino e a pesquisa predominante. Na ponta do ensino verifica-se um desacoplamento progressivo entre formação superior e profissão; na ponta de pesquisa os pesquisadores priorizam a comunicação com a própria comunidade científica. Por isso, além de desconhecida, a extensão continua desvalorizada na universidade. Este processo indica apenas a perda de protagonismo social da universidade. Em consequência, a sociedade sabe reconhecer rapidamente qual o conhecimento é importante.

A extensão universitária constitui uma oportunidade de aprendizado institucional. Permite calibrar as atividades de ensino e pesquisa na medida em que estender o conhecimento significa aprender com a sociedade. Dito de outra forma, incorporar as atividades de extensão nos currículos de graduação e nos editais de pesquisa significa abrir a universidade para sociedade. Mas, sobretudo, esta abertura da universidade para a sociedade constitui um instrumento de avaliação institucional. Mais precisamente, uma indicação: quanto menor a extensão numa universidade, maior o distanciamento com a comunidade.